

## Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 35/2016/COAPP/SAS

Documento nº 00000.074297/2016-15

Em 22 de dezembro de 2016.

**Assunto: 4º Evento de Planejamento e Acompanhamento do Progestão no Amapá**

**Nº do Processo Progestão:** 02501.001914/2014-86

**Evento:**  Oficina de acompanhamento  Reunião  Videoconferência

**Local:** Sala de reunião da SAS – Brasília/DF

**Data:** 06/12/2016

**Instituições Participantes:** ANA; SEMA/AP e IEPA/AP.

### Relato

1. O 4º evento de planejamento e acompanhamento do cumprimento de metas do Progestão no Amapá teve como principal objetivo discutir as dificuldades enfrentadas e as estratégias para implementação das diretrizes citadas no Informe nº 05, de 8 de março de 2016, visando ao alcance das metas de cooperação federativa e das metas de gerenciamento de recursos hídricos de domínio do Amapá pactuadas no âmbito do Programa.
2. Durante a videoconferência, transcorrida sem dificuldades, foram discutidas as atividades a serem realizadas para atingimento das metas de cooperação federativa e estaduais no ano de 2016, além de identificar os responsáveis pela sua execução.
3. Participaram pela ANA, as servidoras Flávia Simões e Ludmila Rodrigues, e pelo estado, os técnicos da SEMA, Odiléia Oliveira e Benedito Coelho, e do IEPA, Angelo Oliveira.
4. Foram analisadas as metas de cooperação federativa e, posteriormente, as metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual que representam os maiores desafios para o Amapá.

### Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

5. **Meta de cooperação federativa I.1** – Integração de dados de usuários de recursos hídricos: previsto o cadastramento dos 28 pontos de captação de águas para o abastecimento de água das sedes municipais do estado, a se realizar ainda em dezembro de 2016. Segundo informado, técnicos da SEMA e IMAP estão em campo para consolidar as informações dos pontos que serão cadastrados.
6. **Meta de cooperação federativa I.2** – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas: o questionário foi respondido pelo estado e enviado à COSUB/SIP/ANA em dezembro de 2015. O estado está providenciando a atualização das informações constantes do questionário referentes a 2016, para novo envio à ANA.
7. **Meta de cooperação federativa I.3** – Dados para o Relatório do Conjuntura: o estado do Amapá ainda não emite outorgas, não tem planos de recursos hídricos (nem estadual, nem de bacias) e tampouco realiza monitoramento de qualidade de água. Portanto, o estado cumpre a meta quando encaminha Ofício para a SPR/ANA informando que ainda não dispõe de informações para agregar ao Relatório de Conjuntura. No próximo ano, quando há a previsão de iniciar a emissão de outorgas no estado, o Amapá passará a contribuir com esta meta.
8. **Meta de cooperação federativa I.4** – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos: atualmente, segundo informado, o Manual de Operação da Sala de Situação está em fase de finalização, restando a incorporação de algumas questões críticas específicas do Amapá ao mesmo. Há a previsão

de, a partir de dezembro de 2016, inserção na página do IEPA dos boletins hidrometeorológicos, com acesso também via celular. Com relação à Rede de Alerta, encontram-se em operação seis estações (Capivara, Estirão do Cricou, Laranjal do Jari Montante, Macapá, Ponte Cassiporé e Serra do Navio), com a previsão de instalação de mais quatro em 2017. A estação Porto Platon foi desativada, uma vez que há outras estações de usinas hidrelétricas próximas que já geram informações para a rede hidrometeorológica nacional. Segundo informado pelo estado, a ANA enviou 4 novas estações, as quais substituíram os equipamentos das estações Capivara e Serra do Navio. A estação Macapá também foi substituída, mas ainda persiste com problemas de transmissão de dados. Um dos equipamentos enviados pela ANA ficará como reserva para eventuais substituições. O estado tem mantido negociações com o Exército Brasileiro para a realização de instalação e manutenção de estações remotas, em áreas de fronteira com a Guiana Francesa.

9. **Meta de cooperação federativa I.5 – Atuação para Segurança de Barragens:** inicialmente foi informado que o estado do Amapá não possuía barragens passíveis de acompanhamento pelo estado, de acordo com a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). As barragens existentes são de mineração ou de geração de energia elétrica, e as de piscicultura são de pequeno porte (tanques escavados). Atualmente, o estado está realizando levantamento de campo, com técnicos do IMAP, para confirmar essa informação. Há previsão de realização de videoconferência com a COSER/SRE/ANA para verificação se há espelhos d'água passíveis de cadastramento junto ao Relatório de Segurança de Barragens.

10. Quanto às **metas de gerenciamento em âmbito estadual**, das 23 variáveis em avaliação, o Amapá identificou desafio em 13 destas, com destaque para as variáveis 1.4, 2.2 e 4.1 (Arcabouço legal, Divisão hidrográfica e Outorga de direito de uso, respectivamente), uma vez que são variáveis de atendimento obrigatório. Para cumprimento destas variáveis, o estado deve avançar na regulamentação de normativos relativos aos instrumentos de gestão da água e operacionalizar a concessão da outorga, além de aprovar, junto ao CERH/AP, a proposta da divisão hidrográfica do Amapá até 2017. Em relação à variável 4.1 - Outorga, estavam previstas visitas dos técnicos da SEMA e IMAP aos estados do Acre e/ou Mato Grosso do Sul, mas havia problemas de liberação de recursos para viagens, fato que foi resolvido recentemente. Assim, no início de 2017, técnicos do estado devem visitar o Mato Grosso do Sul. Normativos do Acre, Amazonas e Mato Grosso do Sul sobre outorga vêm sendo consultados pelas áreas técnicas da SEMA e IMAP, em consonância com o CERH/AP.

11. Anexo, estão, em detalhe, as planilhas com as atividades propostas para o 2º período de certificação do estado do Amapá no âmbito do Progestão.

## Conclusões

12. A videoconferência atendeu plenamente aos objetivos de acompanhar o planejamento das atividades para a certificação do Progestão no ano de 2016, com expectativas de atingimento das metas de cooperação federativa. Em 2017 deverão ser também cumpridas as metas de gerenciamento em âmbito do estado do Amapá de atendimento obrigatório.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
FLÁVIA SIMÕES FERREIRA RODRIGUES  
Gestora do Contrato nº 076/ANA/2015  
Portaria ANA nº 141, de 30 de março de 2016

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)  
LUDMILA ALVES RODRIGUES  
Coordenadora da Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente. Para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)  
CARLOS MOTTA NUNES  
Superintendente Ajunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Eventos de Acompanhamento do Progestão no Amapá - Ano de 2016

ESTADO: AMAPÁ

ENTIDADE ESTADUAL: SEMA

TIPOLOGIA: A

ANO 2: 2016

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/AP	Responsável no Estado	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	3ª OFICINA - 11/08/2016	VIDEOCONFERÊNCIA - 06/12/2016
I.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel Scalia/SFI e Cláudio Pereira/STI	Cleane/ Odiléia	IMAP/SEMA	Ainda não foram cadastrados os sistemas de abastecimento de água das sedes municipais, mas há a previsão de fazê-lo ainda em 2016. Segundo o Informe 05/2016, o IMAP deverá realizar o cadastramento de 28 pontos (captação superficial e subterrânea) dos sistemas de abastecimento público passíveis de outorga.	Ainda não há normativos aprovados para a concessão de outorga no estado. Será feito levantamento de campo das captações e lançamentos dos sistemas públicos de abastecimento de água da Caesa para posterior cadastro. O estado já contactou o Acre e está prevista uma visita ainda em 2016 para fins de conhecer os normativos e procedimentos de outorga adotados pelo IMAC/AC, com características semelhantes ao Amapá. Previsto a realização de videoconferência com a COCAD/ANA nas próximas semanas com vistas ao acesso ao CNARH pelo estado.	A visita prevista ao estado do Acre e/ou Mato Grosso Sul deverá ocorrer no início do próximo ano (resolvido problema com empresa que adquire passagens no estado). Serão consultados os normativos dos estados do Acre e Amazonas. Aprovar normativos com critérios para concessão e dispensa de outorga. Está previsto o cadastro dos sistemas de abastecimento das sedes municipais atendidas por corpos hídricos de domínio do estado, ainda em dezembro.
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SNIRH	Fernando Oliveira/SIP	Cleane / Odiléia	IMAP/SEMA	O questionário respondido foi encaminhado à ANA em dezembro de 2015. As atualizações de 2016 das informações referentes à SEMA/AP já foram providenciadas, restando apenas coletar as informações atualizadas sob responsabilidade do IMAP. O IMAP (Cleane) está atualizando as informações do Instituto e devem encaminhar à ANA assim que estiverem concluídas.	Algumas informações já foram coletadas e estão sendo complementadas para responder ao questionário solicitado no Informe 05/2016. O estado ainda não dispõe de regulamento para outorga (nem para água superficial nem para água subterrânea).	Retomada das atividades do grupo de outorga. Previsto reativar a Câmara Técnica de Assuntos Legais do CERH/AP.
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima e Laura / SPR	Odiléia	SEMA	A SEMA respondeu ao ofício da SPR. Em 2016 o estado não dispõe das informações solicitadas no Conjuntura.	A SEMA respondeu formalmente ao ofício da SPR declarando que não tem informações referentes a outorga, planos ou monitoramento de qualidade da água, uma vez que ainda não há esses instrumentos no estado.	Espera-se que em 2017 sejam apresentados dados referentes a outorga no estado.

Eventos de Acompanhamento do Progestão no Amapá - Ano de 2016

ESTADO: AMAPÁ

ENTIDADE ESTADUAL: SEMA

TIPOLOGIA: A

ANO 2: 2016

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/AP	Responsável no Estado	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	3ª OFICINA - 11/08/2016	VIDEOCONFERÊNCIA - 06/12/2016
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Sala de Situação e manutenção corretiva da rede telemétrica de alerta	Alessandra Couri/SOE e Fabricio/SGH	Ângelo	SEMA, IEPA e Defesa Civil	<p>O manual da sala de situação está em processo de aprimoramento, com a inserção das questões críticas específicas do Amapá e há previsão de iniciar, a partir de dezembro de 2016, a inserção na página do IEPA dos boletins hidrometeorológicos, com acesso também via celular. O TCT entre SEMA, IEPA e Defesa Civil para operação da sala de situação ainda vigi. Atualmente 6 estações compõem a rede de alerta com previsão de instalação de mais 4 em 2017. A estação Porto Platon foi desativada (apesar de ainda constar na lista do Gestor PCD), uma vez que há outras estações de UHEs próximas que já geram informações para a rede hidrometeorológica nacional. Segundo informado, a ANA enviou 4 novos equipamentos, sendo que 2 substituíram estações que haviam parado de funcionar (Capivara e Serra do Navio) e 1 substituiu a estação de Macapá (que apresentava problemas). Um equipamento ficará de reserva para eventual substituição de outras estações.</p>	<p>A sala de situação conta com um veículo e a CPRM/Belém dá apoio na manutenção preventiva das estações telemétricas. Estão com dificuldades para obtenção de recursos para manutenção corretiva (compra de equipamentos de reposição, combustível, diárias). Foi solicitado verificar, junto à ANA, a previsão de envio adicional de um barco e mais um carro tendo em vista a previsão de instalação de mais 5 estações este ano. A operação da sala de situação no estado é feita em parceria com a Defesa Civil.</p>	<p>O estado pretende chegar a um total de 10 estações para comporem a rede de alerta até julho de 2017. O estado está em tratativas com o Exército para que sejam realizadas instalação e manutenção de estações hidrometeorológicas remotas em áreas de fronteira com a Guiana Francesa e no Parque Tumucumaque. O estado estava com dificuldades (superadas recentemente) para pagamento de diárias. Finalizar a elaboração do Manual de Operação da Sala, com incorporação das especificidades do estado do Amapá, e realizar as manutenções corretivas das PCDs de modo a garantir a média mensal de 80% na transmissão dos dados. Inserir as questões hidrológicas nos boletins que já são emitidos pela sala de situação e consolidar a rotina de envio das informações aos órgãos pertinentes (ANA, CENAD e CEMADEN). Os boletins devem ser disponibilizados na página da internet da SEMA e demais instituições parceiras.</p>
I.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro, classificação e regulamentação da política de barragens no estado	Fernanda Laus/SRE	Allan	IMAP	<p>Segundo informado, o estado não apresenta barragens de piscicultura passíveis de cadastramento (somente tanques escavados de pequeno porte). As barragens existentes são de mineração ou de geração de energia hidroelétrica. Dessa forma, a princípio, o estado não tem barragens enquadradas na Lei nº 12.334/2010.</p>	<p>Há dúvidas quanto à pertinência da manutenção desta meta no estado.</p>	<p>Segundo informado, está sendo realizado levantamento de campo por técnicos do IMAP (Allan e Cleane) para verificar se há barragens passíveis de serem enquadradas nas regras dispostas pela Lei nº 12.334/2010. Foi prevista a realização de videoconferência com a COSER/ANA para fins de verificação dos espelhos d'água passíveis de cadastramento junto ao RSB.</p>

Eventos de Acompanhamento do Progestão no Amapá - Ano de 2016

ESTADO: AMAPÁ	ENTIDADE ESTADUAL: SEMA	TIPOLOGIA: A	ANO 2: 2016	7 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS
---------------	-------------------------	--------------	-------------	--------------------------

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Avaliação 2016	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	3ª OFICINA - 11/08/2016	VIDEOCONFERÊNCIA - 06/12/2016
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	1.1	<u>Organização institucional do modelo de gestão</u>	B	20	2	3	3	NÃO	As instituições responsáveis pela implementação da política de recursos hídricos no estado compreendem o Núcleo da Agenda Azul da SEMA, o CERH e o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), além do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (IEPA) que, em conjunto com a Defesa Civil, apoia a operação da Sala de Situação. Há estudo da FGV que indica a necessidade de haver uma área específica responsável por recursos hídricos na SEMA.	Refletir sobre a possibilidade de se estruturar uma área específica responsável pela política de recursos hídricos na SEMA, tendo em vista o Progestão, o PNOA/Qualiagua, o ACT da Sala de Situação e demais programas da ANA e de outras entidades que repassam recursos/equipamentos para o estado.	Segundo informado, há previsão de mudança de prédio da SEMA mas não há informação de quando ocorrerá. Permanecem as condições precárias de funcionamento da Agenda Azul da SEMA que ainda não dispõe de sala adequada para seu funcionamento, conforme pleito apresentado ao Secretário por ocasião da 3ª Oficina.
	1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/Gestor</u>	B		2	4	4	NÃO	O Núcleo da Agenda Azul e a Secretaria Executiva do CERH contam com 5 servidores (Benedito, Edilene, Odiléia, Juliana e Alcindo). O IMAP dispõe de 2 técnicos (Cleane e Allan), enquanto no IEPA os servidores Ângelo e Daniel, juntamente com Marlon e demais da Defesa Civil, são responsáveis pela Sala de Situação. Registra-se que o Secretário Marcelo Creão é também integrante do quadro permanente da SEMA. Mesmo com esse efetivo, há um déficit de pessoal para as atividades que a Agenda Azul deverá passar a assumir.	Necessidade de contratação de bolsistas e estagiários para apoiar o cumprimento de metas do Progestão.	Permanece a necessidade de contratação. Foi sugerido à SEMA verificar a possibilidade de contratação de bolsistas no estado pelo IEPA, a exemplo do que ocorreu com a Fundect no Mato Grosso do Sul, onde foi efetivada a contratação de 14 bolsistas com recursos do Progestão. Destacou-se a importância do perfil de um hidrólogo no estado que, além de apoiar a implementação da outorga poderia atuar também na Sala de Situação. Também foi mencionada a relevância do estado contar com um profissional de TI que possa assumir as atualizações da página da SEMA como um todo, incluindo as informações de recursos hídricos.
	1.4	<u>Arcabouço legal</u>	B		3	3	2	SIM	Vários instrumentos de gestão de recursos hídricos necessitam ser regulamentados.	Priorizar a regulamentação, por meio de portarias e outros instrumentos legais, dos critérios de concessão e dispensa de outorga no estado.	A outorga ainda não foi regulamentada. A visita ao Acre para conhecimento dos normativos e procedimentos adotados naquele estado está prevista para ser realizada no início de 2017. No próximo ano a outorga deverá estar regulamentada no estado.
	1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos</u>	B		3	3	3	NÃO	A atual representação no CERH/AP apresenta algumas discrepâncias, além de baixa representatividade de alguns segmentos (usuários, por exemplo).	Discutir a reestruturação do CERH, com proposta de nova composição tendo em vista uma melhor distribuição entre os segmentos de poder público, usuários e sociedade civil. Na oportunidade foi também alertado que o segmento do poder público, integrante do Conselho, não deve ser composto por funcionários da SEMA uma vez que estes devem estar disponíveis para subsidiar as decisões dos conselheiros. Alimentar a página do CERH/AP com informações específicas das reuniões e decisões do Conselho (deliberações, composição, regimento interno, etc.).	Foi reforçada a necessidade de reestruturação do CERH, principalmente quanto à representação da SEMA.

Eventos de Acompanhamento do Progestão no Amapá - Ano de 2016

ESTADO: AMAPÁ ENTIDADE ESTADUAL: SEMA TIPOLOGIA: A ANO 2: 2016 7 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Avaliação 2016	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	3ª OFICINA - 11/08/2016	VIDEOCONFERÊNCIA - 06/12/2016
	1.8	Comunicação social e difusão	I		2	3	2	SIM	As iniciativas de comunicação integram as ações da assessoria do governo estadual.	Aperfeiçoar a página da internet da Agenda Azul da SEMA com informações mais detalhadas da política de recursos hídricos. Foi sugerido acrescentar informações sobre o Progestão do Amapá com link para a página do Programa.	A alimentação da página ainda não foi feita. Segundo informado, esta atualização é morosa por estar centralizada no governo.
	1.9	Capacitação setorial	B		2	3	1	SIM	O estado não conta com um plano de capacitação em ações de recursos hídricos.	Elaborar e implementar o plano de capacitação, em consonância com as diretrizes repassadas pelo DesenvolveRH disponibilizadas pela ANA.	Odléia esteve presente na última oficina do DesenvolveRH em Brasília representando o estado (1 e 2/12/2016). De posse das informações repassadas pelo projeto, espera-se a conclusão do plano no próximo ano, a partir das demandas dos servidores e do CERH.
	1.10	Articulação com setores usuários e transversais	A		2	2	2	NÃO	O principal setor usuário é o saneamento. O estado conta com 16 municípios abastecidos pela Companhia de Água e Esgoto do estado (CAESA).	Efetivar parceria com a CAESA para ações de cadastro das captações superficiais e subterrâneas para abastecimento público das sedes municipais.	Está previsto o cadastro dos sistemas de abastecimento no CNARH ainda em dezembro.

São 4 variáveis de gestão LEGAIS com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4 e 1.5)

Alcance nas 4 variáveis obrigatórias

META II.2 - Variáveis de Planejamento	2.1	Balanço hídrico	B	15	2	2	1	SIM	Não há nenhum estudo específico sobre disponibilidade hídrica no estado, que também não conta com um Plano Estadual de Recursos Hídricos.	Consolidar informações regionalizadas de vazão a partir do monitoramento das PCDs, para estimativas de disponibilidades hídricas nas principais bacias (Araguari e Jarí).	A consolidação das informações regionalizadas de vazão está prevista para o próximo ano. Com as novas estações instaladas, poderemos obter dados para uma análise consistente relacionada ao balanço hídricos dessas bacias.
	2.2	<u>Divisão hidrográfica</u>	B		2	2	1	SIM	Não há divisão hidrográfica formalizada no estado.	Prever discussões junto aos grupos de trabalho de cartografia para resultar em uma proposta de divisão hidrográfica com base em metodologia apropriada a ser aprovada pelo CERH/AP em 2017.	A homologação da base cartográfica do Amapá está prevista para 2017. Com isto, pretendem realizar a divisão hidrográfica com base na metodologia adotada pela ANA.
	2.3	Planejamento estratégico institucional	I		2	2	1	SIM	Os técnicos envolvidos com a Agenda Azul já estão discutindo um plano de trabalho para as atividades relacionadas com o Progestão em 2016-2017.	Foi proposto o desenvolvimento de uma planilha de atividades a serem desenvolvidas no estado no período 2016-2017 contendo uma estimativa de custos para ser apresentada e discutida na próxima oficina do Progestão e, posteriormente, aprovada pelo Secretário e apreciada pelo CERH/AP.	Foi sugerido à SEMA retomar esta iniciativa de elaborar uma planilha de atividades para o período 2017-2018 em oficina a ser realizada no próximo ano. (Ver planejamento do Acre em Boas Práticas na página do Progestão).
	2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	I		2	4	1	SIM	O estado não dispõe de um Plano Estadual de Recursos Hídricos. Contatos com a SRHU para este propósito já foram feitos.	Foi proposta a retomada dos contatos com a SRHU para tentar viabilizar a contratação e elaboração do Plano Estadual com recursos do FNMA.	O Secretário solicitou que o contato com a SRHU fosse realizado. Também acenou com a possibilidade de conseguir o recurso para o Plano através de emenda parlamentar. Retomar este tema no início do próximo ano.

Uma variável de gestão de PLANEJAMENTO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (2.2)

Alcance em pelo menos uma variável de Planejamento

Eventos de Acompanhamento do Progestão no Amapá - Ano de 2016

ESTADO: AMAPÁ ENTIDADE ESTADUAL: SEMA TIPOLOGIA: A ANO 2: 2016 7 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Avaliação 2016	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	3ª OFICINA - 11/08/2016	VIDEOCONFERÊNCIA - 06/12/2016
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	3.1	Base cartográfica	B	10	2	2	2	NÃO	Está sendo finalizado mapeamento de todo estado em escalas de 1:2.000 até 1:50.000 e já existem 2 grupos de trabalho atuando neste tema.	A base está em processo de aperfeiçoamento e em 2017 deverá ser homologada pelo IBGE.	Permanece a previsão de homologar a base executada pelo Exército em 2017.
	3.2	Cadastrros de usuários e infraestrutura	I		2	3	1	SIM	Não há cadastro de usuários no estado.	Foi proposta a realização de uma videoconferência com a COCAD/ANA para discussão das ações de cadastramento e acesso ao CNARH 40 pelo IMAP.	Segundo informado, Cleane já obteve a senha para acesso ao CNARH e nas tentativas feitas não viu dificuldades.
	3.3	Monitoramento hidrometeorológico	A		2	3	3	NÃO	Está em articulação um acordo para o estado passar a operar as estações do Cemaden (entre 10 e 15 estações pluviométricas). Atualmente o estado recebe informações de 4 estações operadas pelo Inmet, além de outras 10 das UHEs existentes.	Ampliar as PCDs da rede de alerta do estado e viabilizar despesas de custeio das manutenções corretivas destas estações com recursos do Progestão. Participar dos eventos de capacitação como os Seminários das Salas de Situação organizados anualmente pela ANA (previsão em nov/2016).	Foi solicitada a retirada da estação porto Platon do gestor PCD por não mais integrar a Rede de Alerta, conforme informado. O Seminário da Sala de Situação promovido pela ANA foi adiado para o início do próximo ano.
	3.4	Monitoramento da qualidade de água	B		2	2	2	NÃO	Não há monitoramento da qualidade da água no estado.	Oportunamente será avaliada a conveniência de se iniciar trabalhos de monitoramento da qualidade da água. A ANA está solicitando dos estados a adesão ao ACT do Qualiágua até julho/2017.	Em nov houve uma reunião entre IMAP e ANA sobre esta adesão.
	3.5	Sistema de informações	A		2	2	2	NÃO	Deficiência de informações sobre recursos hídricos na página da Sema.	Aprimoramento da página da Secretaria com informações específicas sobre recursos hídricos (leis, regulamentos, CERH, boletins de monitoramento).	Segundo informado, a atualização de informações é feita de forma centralizada no estado e até o momento não foi feita. Sugerido verificar a possibilidade de contratação de bolsista, por meio do IEPA, a ser responsável por este tema.
	3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	A		2	2	2	NÃO	Até o momento não há iniciativas de pesquisas em recursos hídricos por parte do estado.		

Uma variável de gestão de INFORMAÇÃO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1)

Alcance em pelo menos uma variável de Informação e Suporte

Eventos de Acompanhamento do Progestão no Amapá - Ano de 2016

ESTADO: AMAPÁ	ENTIDADE ESTADUAL: SEMA	TIPOLOGIA: A	ANO 2: 2016	7 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS
---------------	-------------------------	--------------	-------------	--------------------------

METAS ESTADUAIS

METAS	ID	VARIÁVEIS	Tipo	Peso (%)	Nível mínimo para A	Nível aprovado	Avaliação 2016	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	3ª OFICINA - 11/08/2016	VIDEOCONFERÊNCIA - 06/12/2016
META II.4 - Variáveis Operacionais	4.1	Outorga de direito de uso	B	5	2	2	1	SIM	O estado ainda não implementou a concessão da outorga de direito de uso de recursos hídricos.	Previsão de visitar o estado do Acre e/ou Mato Grosso do Sul e consultar normativos dos estados do Acre e Amazonas sobre a outorga, com vistas à elaboração dos regulamentos para concessão ou dispensa de outorga em 2017.	Foram consultados pela equipe da SEMA/AP os normativos referentes a outorga dos estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso do Sul. Há previsão de visita ao estado do Mato Grosso do Sul em final de janeiro para conhecimento da experiência desse estado na emissão de outorgas. Os técnicos estavam com dificuldades para viajar por problemas na obtenção de passagens aéreas. Continuidade das discussões do tema no CERH/AP (na câmara técnica de outorga).
	4.2	Fiscalização	B		3	3	1	SIM	Não há fiscalização sistemática de uso de recursos hídricos, uma vez que não há outorga. A fiscalização ficará a cargo do IMAP.		
	4.4	Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão	I		2	2	1	SIM			
	4.6	Gestão e controle de eventos críticos	A		2	3	3	NÃO	Já há procedimentos para mitigação de eventos extremos em parceria com a Defesa Civil, além de emissão de boletins meteorológicos.	Emitir boletins também hidrologicos pela sala de situação.	Os boletins da sala de situação deverão ser emitidos em conformidade com o Manual de Operação da sala a ser enviado em março de 2017.
	4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	I		2	4	3	SIM	Cerca de R\$ 5 milhões são destinados anualmente para o FERH, mas ainda não há gerência do Sistema de Recursos Hídricos sobre a aplicação destes recursos.		
	4.8	Programas e Projetos Indutores	A		2	2	1	SIM	Não foi registrada nenhuma iniciativa de programa ou projeto indutor.		

Uma variável de gestão OPERACIONAL com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4.1)

Alcance em pelo menos uma variável Operacional

LEGENDA:

Arcabouço legal	Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação
Enquadramento	Avaliação facultativa
Fiscalização	Avaliação obrigatória e atendimento facultativo
<b>SIM</b>	Desafio entre a situação atual e a meta aprovada

AMAPÁ	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5
Metas Estaduais	2016	2017	2018	2019
META II.1 - Variáveis Legais, Inst. e de Art. Social	4	4	5	5
META II.2 - Variáveis de Planejamento	1	2	2	2
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	1	1	2	2
META II.4 - Variáveis Operacionais	1	1	1	2